

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A
BANDES

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

Pregão BANDES Eletrônico: 2026/005

Processo Administrativo: 048/2026

UASG: 926968

Critério de Julgamento: Menor Preço Global

Regime de Contratação: Contratação por Preço Global

Modo de Disputa: Aberto

Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste Edital e seus anexos.

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
ANEXO III	DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS
ANEXO IV	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO V	DECLARAÇÃO
ANEXO VI	DECLARAÇÃO LGPD
ANEXO VII	FICHA CADASTRAL
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO SOBRE MATURIDADE E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
ANEXO IX	DECLARAÇÃO PLD/FTP
ANEXO IX	MINUTA DE CONTRATO

Início de Recebimento das Propostas

Data: 11/06/2026

Horário: 14h

Início da Sessão Pública de Disputa de Preços

Data: 02/07/2026

Horário: 14h

Local

Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Consulta ao Edital e Divulgação de Informações

O edital, avisos, eventuais alterações, decisões e versões digitalizadas de documentos produzidos ficarão disponíveis nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
2.	DO OBJETO	3
3.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	4
4.	DO SUPORTE LEGAL	4
5.	DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	5
6.	DO CREDENCIAMENTO	5
7.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	6
8.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
9.	DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	9
10.	DA NEGOCIAÇÃO	10
11.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	11
12.	DA HABILITAÇÃO	13
13.	DOS RECURSOS	14
14.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	14
15.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
16.	DA CONTRATAÇÃO	15
17.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	16
18.	DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES	17
19.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	17
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	19
	ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	23
	ANEXO III – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS	28
	ANEXO IV – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	32
	ANEXO V – DECLARAÇÃO	34
	ANEXO VI – DECLARAÇÃO LGPD	35
	ANEXO VII – FICHA CADASTRAL	36
	ANEXO VIII – DECLARAÇÃO SOBRE MATURIDADE E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	37
	ANEXO IX – DECLARAÇÃO PLD/FTP	39
	ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO	40
	ANEXO I (DO CONTRATO)	50
	ANEXO II (DO CONTRATO)	51

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005

EDITAL

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A**, instituição financeira constituída sob a forma jurídica de sociedade anônima de economia mista, com sede na Av. Princesa Isabel, 54, Centro – Vitória/ES, a seguir denominado simplesmente **BANDES**, por intermédio da Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão BANDES Eletrônico, doravante apenas Pregão, por **MENOR PREÇO GLOBAL** para o grupo de itens, em sessão pública, por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras, e observando-se as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por colaborador do BANDES, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras.
- 1.3. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o Edital no site www.bandes.com.br ou no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.
- 1.4. INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Data: 11/06/2026
Horário: 14h
- 1.5. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Data: 02/07/2026
Horário: 14h
- 1.6. As dúvidas, pedidos de esclarecimentos e impugnações acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à Gerência de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, por meio do e-mail: pregao@bandes.com.br, até o **dia 28/06/2026**.
- 1.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 1.8. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.

2. DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por um item, conforme tabela constante do Termo de Referência e Anexo IV (Proposta de Preços), devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõe.

2.3. As especificações e detalhamentos do objeto estão contidos nos Anexos I e II, do Edital deste Pregão.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. O objeto do Pregão será executado em regime de Contratação por Preço Global.

3.2. O critério de julgamento das propostas será o **“MENOR PREÇO” relativo ao VALOR GLOBAL DO LOTE.**

3.3. O prazo de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, admitidas prorrogações nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

3.4. **O preço unitário e global máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e será informado após a fase de lances e antes da negociação.**

3.5. Integram o presente Edital:

- a. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- b. ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
- c. ANEXO III – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS
- d. ANEXO IV – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
- e. ANEXO V – DECLARAÇÃO
- f. ANEXO VI – DECLARAÇÃO LGPD
- g. ANEXO VII – FICHA CADASTRAL
- h. ANEXO VIII – DECLARAÇÃO SOBRE MATURIDADE E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
- i. ANEXO IX – DECLARAÇÃO PLD/FTP
- j. ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

3.6. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

4. DO SUPORTE LEGAL

4.1. A legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:

- a. Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016;
- b. Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
- c. Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES disponível em www.bandes.com.br;
- d. Política de Transação com Partes Relacionadas do BANDES, disponível em www.bandes.com.br;
- e. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e alterações);
- f. Lei Federal nº 12.846/2013, de 01/08/2013 (Lei Anticorrupção);
- g. Lei Federal nº 13.709/2018, de 14/08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)
- h. Aviso de Licitação;
- i. Edital de Licitação;
- j. Minuta do Contrato;
- k. Minuta da Autorização de Fornecimento;
- l. Anexos do Edital.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 5.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@bandes.com.br, devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número deste Pregão.
- 5.2. Até o 5º dia útil antes da data fixada para a abertura da sessão pública, estabelecida no item 1.6, qualquer pessoa poderá impugnar o instrumento convocatório ou solicitar esclarecimentos acerca deste Pregão. Não serão conhecidas as impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo estipulado no item 1.6.
- 5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, julgar e responder à impugnação ou dar as respostas aos pedidos de esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis contados da interposição.
- 5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.5. Caso se verifique a necessidade de um aprofundamento maior de questão levantada pelo questionamento, impugnação ou a necessidade de alteração no instrumento convocatório, o Pregoeiro providenciará, em prazo hábil, o adiamento ou a suspensão da sessão pública.
- 5.6. Na hipótese de o Pregoeiro não decidir a impugnação ou não responder o pedido de esclarecimentos até a data fixada para a entrega das propostas, o Pregão deverá ser adiado, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.
- 5.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.8. Se a impugnação for julgada improcedente, o Pregoeiro deverá comunicar a decisão diretamente ao impugnante, dando seguimento à licitação.
- 5.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e no site do BANDES, www.bandes.com.br e vincularão os participantes e o BANDES.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 6.2. O interessado em participar desta licitação deverá providenciar o seu credenciamento junto ao órgão provedor do sistema eletrônico, cabendo-lhe inteirar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, com vistas à adequada utilização.
- 6.3. Dar-se-á o credenciamento do interessado pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.gov.br/compras.
- 6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 6.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do BANDES por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

7.2. Não poderá participar desta licitação o interessado:

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja conselheiro, diretor ou empregado do BANDES;
- II. Que esteja cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pelo BANDES;
- III. Que tenha sido declarado impedido de licitar e contratar com os órgãos, entidades e ou empresas públicas integrantes da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. Que tenha sido declarado inidôneo pela União, por Estados ou pelo Distrito Federal;
- V. Que seja constituído por sócio de empresa que estiver suspenso, impedido ou declarado inidôneo, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
- VI. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV;
- VII. Que seja constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, nos mesmos âmbitos dos incisos II, III e IV, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- IX. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, no mesmo âmbito do inciso IV;
- X. Colaborador ou diretor do BANDES;
- XI. Que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a. Diretor do BANDES;
 - b. Colaborador do BANDES cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c. Governador do Estado do Espírito Santo;
- XII. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o BANDES há menos de 06 (seis) meses.
- XIII. Empresas que estejam em falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, processo de dissolução ou liquidação. Nos casos de recuperação judicial, os interessados

poderão participar da licitação, desde que apresente certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório.

XIV. Esteja organizado sob a forma de consórcio.

- 7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
- 7.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 7.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 7.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
- 7.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 7.4.3. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 7.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 7.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 7.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 7.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 7.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. **O interessado em participar do pregão deverá encaminhar a PROPOSTA DE PREÇO, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.**
- 8.2. Quando possível, o interessado poderá encaminhar, juntamente com a proposta de preço, e na forma do disposto no subitem anterior, os documentos de habilitação relacionados no Anexo III (Documentos Habilitatórios) deste edital, ressalvado os documentos que constam no SICAF.

- 8.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação de senha privativa do licitante, exclusivamente pelo sítio eletrônico www.gov.br/compras.
- 8.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 8.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.10. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.10.1. **VALOR UNITÁRIO dos itens do LOTE, conforme especificações deste Edital e seus Anexos;**
- 8.10.2. **Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.**
- 8.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de proposta de preços, conforme anexo deste Edital.
- 8.13. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 8.13.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 8.13.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 8.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.
- 8.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

- 8.17.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas nos Anexos I e II.
- 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1. A disputa será pelo **VALOR GLOBAL DO LOTE**.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante **não poderá ser inferior a vinte (20) segundos** e o intervalo entre lances **não poderá ser inferior a três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, a proposta vencedora será sorteada automaticamente pelo sistema eletrônico, conforme regras nela definidas, dentre as propostas empatadas.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro divulgará, pelo chat do sistema eletrônico, o preço máximo aceitável para contratação pelo BANDES.

- 10.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, conforme Art. 67 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante do Anexo IV (Apresentação da Proposta de Preços) deste Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sistema.
- 10.8. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior aos PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS e/ou GLOBAL, divulgados conforme item 10.1, aceito pelo BANDES para contratação.**
- 10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.11. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:
 - 11.3.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 11.3.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 11.3.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 11.3.4. Apresentar preço unitário e/ou global superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 11.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- a. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 11.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 11.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de até 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 11.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 11.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua Proposta de Preços deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 11.7. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta de Preços com aqueles praticados no mercado.
- 11.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 11.8.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
- 11.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Nos termos do parágrafo único do art. 47 do Decreto 10.024, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

- 11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 11.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 12.1.1. Cadastro do BANDES, para verificação dos impedimentos listados no item 7.2 deste Edital;
- 12.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- 12.1.3. Consulta de Fornecedores com Sanções no Portal Compras ES do Governo do Estado do Espírito Santo (<https://compras.es.gov.br/>);
- 12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.2. No caso de inabilitação por descumprimento das condições de participação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.3. Não havendo motivos para inabilitação por descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro iniciará a análise dos documentos habilitatórios.
- 12.4. O Pregoeiro convocará, via chat no sistema eletrônico, o licitante que tiver ofertado a proposta classificada em primeiro lugar para que encaminhe, no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, prorrogável mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, a documentação relacionada no Anexo III (Documentos Habilitatórios) deste edital, ressalvado os documentos que constam no SICAF ou que não tenha sido inserida no sistema eletrônico juntamente com a proposta de preço inicial.**
- 12.5. A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.
- 12.6. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
- 12.7. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste item 12.5, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.

- 12.8. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais Licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
- 12.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **05 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.3. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, cabendo a este reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à Autoridade Competente, devidamente informados, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 13.6. As decisões dos recursos serão divulgadas nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") no site www.gov.br/compras ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

- 14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. Após a declaração do licitante vencedor, decorrido o prazo para recurso sem a sua apresentação, o Pregoeiro viabilizará a adjudicação do objeto do presente certame ao licitante vencedor ou, caso contrário, decididos os recursos, o objeto da licitação será adjudicado pela Autoridade Competente.
- 15.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria Autoridade Competente.
- 15.3. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.
- 15.4. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário será convocado para retirar o contrato no prazo e condições definidos no subitem 16.1 deste Edital.
- 15.5. A homologação da licitação será divulgada nos sites www.gov.br/compras e www.bandes.com.br.

16. DA CONTRATAÇÃO

- 16.1. Homologado o procedimento licitatório, o Licitante vencedor, através de seu representante legal, será convocado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da convocação, para assinar o termo de Contrato observada minuta constante do Anexo VII (Minuta do Contrato) deste Edital, sob pena de decadência do direito à contratação.
- 16.1.1. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada da Licitante vencedora e a critério do BANDES.
- 16.1.2. Previamente à contratação, o BANDES realizará consulta "online" ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
- 16.1.2.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 16.1.2.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.1.3. A convocação para assinar o termo de Contrato ocorrerá por e-mail ou correspondência postal com aviso de recebimento (AR).
- 16.2. **O Licitante vencedor deverá ainda, no prazo concedido pelo BANDES, ser convocado a comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual, devendo, para tal:**
- 16.2.1. **Apresentar, relativo aos dados pessoais objeto deste Edital, a Política de Privacidade de Dados e/ou Política de Proteção de Dados tratados, ou documento equivalente, indicando, obrigatoriamente, a base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa, e fonte dos dados tratados.**

16.2.1.1. Esses documentos poderão ser avaliados pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais do Bandes, conforme o caso, de modo a avaliar a adequação, podendo haver a solicitação de informações adicionais.

16.2.2. Apresentar a “Ficha Cadastral”, conforme modelo constante do Anexo VII;

16.2.3. Apresentar a “Declaração sobre maturidade e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados”, conforme modelo constante do Anexo VIII;

16.2.4. Apresentar a “Declaração PLD/FTP”, conforme modelo constante do Anexo IX;

16.2.5. Apresentar documentação referente aos Requisitos de Contratação, conforme item 15 do Anexo I.

16.3. Fica dispensada a apresentação de documentação caso a exigência já tenha sido cumprida no momento da habilitação da empresa licitante.

16.4. O BANDES poderá fazer as diligências que entender necessárias para certificação do cumprimento da exigência.

16.5. Na hipótese de recusa ou inércia do Licitante na apresentação das condições de contratação ou em assinar o Contrato, no prazo e condições estabelecidos, ou não atendimento das condições de contratação, a sessão pública será retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, o próximo colocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16.6. A recusa em assinar o contrato dentro do prazo previsto é considerada falta de natureza grave, ensejando o Licitante vencedor à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BANDES, conforme as disposições sobre sanções deste Edital e seus Anexos.

16.7. Poderá ser solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.

16.8. O contrato e seus aditivos poderão ser assinados digitalmente, mediante assinatura eletrônica qualificada com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil ou assinatura avançada com autenticidade reconhecida por plataforma eletrônica disponibilizada pelo BANDES, e enviados entre as partes por meio eletrônico.

16.9. As regras e condições contratuais estão integralmente previstas no Anexo IX (Minuta de Contrato) deste Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, o licitante/adjudicatário que:

I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;

IV. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VIII. Não manter a proposta;

IX. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

- 17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 17.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.3.3. Suspensão de licitar e contratar com o BANDES pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 17.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o BANDES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.6. Somente será aplicada sanção mediante procedimento administrativo licitatório, na forma do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, pelo qual será assegurado prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e a ampla defesa.
- 17.7. A decisão será comunicada por escrito ao Licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade Competente que proferiu a decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- 17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao BANDES, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.9. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no site do BANDES na Internet.
- 17.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

18. DA CONDUTA ÉTICA DO LICITANTE E DO BANDES

- 18.1. O Licitante e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental, conforme estabelecido no Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.
- 19.1.1. Caso seja verificada, após a abertura da sessão pública, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido prazo aos Licitantes para contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 19.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

- 19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 19.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 19.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do BANDES, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o BANDES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do BANDES.
- 19.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.12. Em razão da desclassificação de todas as propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.
- 19.13. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.
- 19.14. A qualquer tempo o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.
- 19.15. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 19.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e www.bandes.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Princesa Isabel, 54, 9º Andar, Centro, Vitória, ES, nos dias úteis, no horário das 12 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 19.17. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o contrato de prestação de serviços vinculado a esta licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro de Vitória/ES, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ser.

Vitória, 08 de junho de 2026.

**Núcleo de Licitações e Serviços
Gerência de Recursos Humanos e
Serviços Administrativos**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O detalhamento dos serviços está especificado no Anexo II do Edital.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Lei Complementar 214/2025 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e altera a legislação tributária, dentre as mudanças a extinção de tributos existentes aplicáveis atualmente à CONTRATANTE.
- 2.2. A observância desta legislação é obrigatória e representa uma mudança estrutural nos critérios atualmente na apuração e recolhimentos dos tributos sobre o consumo, que irá impactar de forma ampla a Instituição, afetando contratos com fornecedores, preço dos produtos, nova declaração acessória. Considerando se tratar de tema extremamente complexo, que exige conhecimentos específicos, é imprescindível a contratação de profissionais especializados nessa área para consultoria e implantação desta norma.

3. ESTIMATIVA DO CUSTO GLOBAL

- 3.1. O valor estimado da contratação é sigiloso, com base no artigo 23, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES;
- 3.2. Os documentos comprobatórios da realização da pesquisa de preços, a memória de cálculo do valor estimado, o critério para obtenção do valor estimado, as fontes de pesquisa e a data de sua realização estão no juntados ao processo e não serão divulgados até a fase de negociação;
- 3.3. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir no cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 4.1. O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o VALOR TOTAL DA PROPOSTA.
- 4.2. A empresa licitante deverá apresentar junto à proposta de preços, todos os documentos necessários a comprovar as especificações técnicas exigidas.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1. A vigência do CONTRATO será de **36 (trinta e seis) meses**, contada a partir da data da assinatura do CONTRATO.
- 5.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 143 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandedes.
- 5.3. As prorrogações serão permitidas desde que ocorrida as hipóteses previstas nos art. 146 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandedes, com as devidas justificativas por escrito.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Conforme Cláusula Sexta, da Minuta do Contrato.

7. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

7.1. Conforme Cláusula Sexta, da Minuta do Contrato.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não será exigida garantia contratual.

9. SANÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Conforme Clausula Nona.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Conforme Clausula Nona, da Minuta do Contrato;

11. OBRIGAÇÕES DO BANDES

11.2. Conforme Clausula Nona, da Minuta do Contrato;

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Conforme item 5, do Anexo III (Documentos Habilitatórios).

13. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - EQUIPE TECNICA MÍNIMA

13.1. A licitante deverá comprovar que possui a seguinte equipe mínima para prestação dos serviços:

Profissional	Perfil	Documentos Comprobatórios
Responsável Técnico	Nível superior completo em ciências contábeis ou direito	Certificado de conclusão de graduação devidamente registrado no MEC ou cópia autenticada de Carteira de identificação profissional emitida por Conselho de classe.
	Experiência mínima de 3 (três) anos em consultoria e/ou auditoria em Instituição Financeira nacional	Cópia de contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia de ato constitutivo da sociedade que indique que o profissional figure como sócio da mesma, relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2015. Atestado fornecido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que possuam ativo total superior a R\$ 2 bilhões.
	Especialização em gestão tributária	Cópia do diploma ou declaração fornecida pela instituição de ensino comprovando a conclusão do curso.

Profissional	Perfil	Documentos Comprobatórios
Gerente	Nível superior completo em ciências contábeis ou direito	Certificado de conclusão de graduação devidamente registrado no MEC ou cópia autenticada de Carteira de identificação profissional emitida por Conselho de classe.
	Experiência mínima de 3 (três) anos em consultoria tributária em Instituição Financeira nacional	Cópia de contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia de ato constitutivo da sociedade que indique que o profissional figure como sócio da mesma. Apresentação de Atestado fornecido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que possuam ativo total superior a R\$ 2 bilhões
	Experiência em Reforma Tributária em Instituição Financeira nacional	Apresentação de Atestado fornecido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que possuam ativo total superior a R\$ 2 bilhões e que prestou ou presta serviços de consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, sendo: a) elaboração de Diagnóstico dos Impactos Tributários e Financeiros; ou b) diagnóstico dos impactos em processos

13.2. O requisito, ativo total próprio superior a R\$ 2 bilhões, foi estipulado com base no ativo da CONTRATANTE, considerando o Capítulo II previsto na Lei Complementar 214/2025 com regras específicas para os serviços financeiros/bancos.

13.3. A experiência mínima de 3 (três) anos em consultoria tributária está relacionada a necessidade de conhecimento técnico consolidado acerca da sistemática atualmente vigente, especialmente em relação ao PIS, à COFINS e ao ISS, para realizar análises comparativas, mapear riscos de transição, identificar impactos financeiros e operacionais, bem como orientar adequadamente a adequação dos processos internos da CONTRATANTE durante o período em que coexistirão regras antigas e novas.

14. VISTORIA

14.1. Não se aplica.

15. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. É necessário que a empresa demonstre estar adequada à Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados, devendo, para tal, apresentar os seguintes documentos:

- I. Política de Privacidade dos dados tratados, ou documento equivalente;
- II. Política de Proteção de Dados, ou documento equivalente;
- III. Base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa.

15.2. Esses documentos serão avaliados pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais, de modo a avaliar a adequação, e pode haver a solicitação de informações adicionais.

16. DA MATRIZ DE RISCO

16.1. Não se aplica, tendo em vista o objeto contratado.

17. DA FONTE DE RECURSOS

17.1. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

19. CONSÓRCIO

19.1. Não será permitido Consórcio.

20. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1. A cargo da Gerência de Controladoria do BANDES.

1. DETALHAMENTO DO OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de consultoria para mapeamento dos processos impactados, implantação de novos processos, revisão de contratos de fornecedores, orientação na aplicação da nova tributação na prática e suporte no desenvolvimento sistêmico para atender a Lei Complementar nº 214/2025. A promulgação da Lei representa uma das mais significativas reformas tributárias no Brasil. Esta reforma prevê a alteração da sistemática tributária nacional sobre o consumo, substituindo os tributos sobre o consumo por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. As instituições financeiras, historicamente sujeitas a regimes tributários específicos, enfrentarão desafios e oportunidades consideráveis com a transição para o novo modelo, que passará a ser o regime não cumulativo.
- 1.2. Diante deste cenário de mudanças, torna-se necessária a contratação de uma consultoria especializada para auxiliar na implementação da nova sistemática prevista na Lei, bem como para desenvolver estratégias de adaptação e otimização fiscal. A complexidade e o impacto na estrutura atual de tributação fazem-se necessária a contratação de uma empresa externa com especialidade no assunto para garantir a conformidade e a eficiência tributária desta Instituição.
- 1.3. Os serviços e respectivas entregas desta contratação de consultoria para implementação da reforma tributária do consumo seguem especificados nas fases seguintes:
 - 1.3.1. **Fase 1.** Mapeamento dos processos impactados;
 - 1.3.2. **Fase 2.** Adequação na apuração do CBS;
 - 1.3.3. **Fase 3.** Revisão de contratos de fornecedores e nova formação de preços e cláusulas contratuais;
 - 1.3.4. **Fase 4.** Adaptação no sistema de pagamentos a fornecedores;
 - 1.3.5. **Fase 5.** Suporte no desenvolvimento sistêmico da DERE – Declaração de regimes específicos;
 - 1.3.6. **Fase 6.** Treinamento e Transferência de Conhecimento;
 - 1.3.7. **Fase 7.** Adequação na apuração do IBS.
 - 1.3.8. **Fase 8.** Horas técnicas e revisão/criação de normativos internos

2. ESPECIFICAÇÕES DAS FASES**2.1. FASE 1: MAPEAMENTO DOS PROCESSOS IMPACTADOS**

- 2.1.1. **Objetivo:** Efetuar o levantamento da metodologia interna atual e mapear os processos que serão impactados.
- 2.1.2. **Atividades previstas:**
 - Mensurar o volume de trabalho através de cronograma;
 - Apresentar uma estimativa de impacto financeiro com a mudança dos tributos previsto na nova Lei Complementar 214/2025;
 - Identificar os processos que sofrerão alteração;
 - Definir as atividades passíveis de emissão de nota fiscal.
- 2.1.3. **Produtos a serem entregues nesta fase:**
 - 2.1.3.1. **Produto 1 (P1):** Mapeamento de processos internos que sofrerão alteração; cronograma de trabalho; estimativa de impacto financeiro.

2.2. FASE 2: ADEQUAÇÃO NA APURAÇÃO DO CBS E IBS

- 2.2.1. **Objetivo:** Adequar a sistemática atual de apuração dos tributos vigentes para o novo formato cumulativo; identificar as retenções dos tributos nas notas fiscais de fornecedores; estruturar o controle de créditos

apurados.

2.2.2. Atividades previstas:

- Adaptar a planilha de apuração dos impostos incluindo a nova forma de apuração.
- Indicar contas contábeis COSIF que deverão ser criadas.
- Relacionar as contas contábeis com os códigos das tabelas da DERE.

2.2.3. Produtos a serem entregues nesta fase:

2.2.3.1. **Produto 2 (P2):** Nova planilha de apuração de impostos com os novos IBS e CBS e créditos.

2.3. FASE 3: REVISÃO DE CONTRATOS DE FORNECEDORES E NOVA FORMAÇÃO DE PREÇOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS COM FORNECEDORES

2.3.1. **Objetivo:** Levantamentos dos contratos que terão vigência a partir de 2027 e adequar as cláusulas à Reforma Tributária. Orientações no processo licitatório a partir de 2027 com relação a formação e disputa por menor preço.

2.3.2. Atividades previstas:

- Identificar contratos que serão impactados pela nova tributação do IVA;
- Propor cláusulas contratuais;
- Demonstrar os cenários da incidência dos novos tributos IBS e CBS no saldo contratual;
- Identificar situações de emissão de nota fiscal.

2.3.3. Produtos a serem entregues nesta fase:

2.3.3.1. **Produto 3 (P3):** Minuta contratual dos fornecedores incluindo novas cláusulas e estudo demonstrando o modelo de formação de preço em uma competição via licitação.

2.4. FASE 4: ADAPTAÇÃO NO SISTEMA DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

2.4.1. **Objetivo:** Análise do fluxo operacional desde a entrada da nota fiscal, identificação no sistema dos novos tributos, vinculação no modo de pagamento, split payment, destaque e contabilização dos créditos, impacto na geração e envio da DERE, com emissão de relatório conclusivo de melhorias e adaptações tecnológicas necessárias a partir da incidência do IBS e CBS.

2.4.2. **Atividades previstas:** Identificar a adaptação no sistema para adequar o recebimento e pagamento de notas fiscais, registro contábil dos créditos e geração da DERE;

2.4.3. Produtos a serem entregues nesta fase:

2.4.3.1. **Produto P(4):** Relatório conclusivo de melhorias e adaptações tecnológicas nos pagamentos a fornecedores e na geração da DERE.

2.5. FASE 5: SUPORTE NO DESENVOLVIMENTO SISTÊMICO DA DERE – DECLARAÇÃO DE REGIMES ESPECÍFICOS

2.5.1. **Objetivo:** Auxiliar no entendimento do manual disponibilizado pela Receita Federal para desenvolvimento interno da nova declaração acessória DERE.

2.5.2. Atividades previstas:

- Debater com a equipe do Bandes sobre a DERE para auxiliar no desenvolvimento no sistema legado interno Sisbandes;
- Mapeamento de informações necessárias para envio da DERE (blocos 01, 02 e 03);
- Controle de créditos aos clientes.

2.5.3. Produtos a serem entregues nesta fase:

2.5.3.1. **Produto 5 (P5):** Manual detalhado da DERE com comentários explicando os principais itens que compõem a declaração e relacionando com as informações do sistema legado

2.6. FASE 6: TREINAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

2.6.1. **Objetivo:** Promover treinamento conceitual e prático presencial para nivelamento e transferência de conhecimento.

2.6.2. **Produtos a serem entregues nesta fase:**

2.6.2.1. **Produto 6 (P6):** Promover treinamento presencial, conceitual e prático, pós implementação, para consolidar os entendimentos dos colaboradores, gerentes e diretores para nivelamento e transferência de conhecimento. O treinamento terá duração de no mínimo, 08 horas, sem limite de participantes.

Após a realização das etapas, a CONTRATADA seguirá com o suporte durante as implementações feitas na CONTRATANTE para ajustes e validações necessárias.

2.7. FASE 7: ADEQUAÇÃO NA APURAÇÃO DO IBS

2.7.1. **Objetivo:** Adequar a sistemática atual de apuração dos tributos vigentes considerando a transição do IBS; identificar as retenções dos tributos nas notas fiscais de fornecedores; estruturar o controle de créditos apurados; controle da transição do ICMS e ISS para o IBS via aumento gradual da alíquota do IBS e redução gradual da alíquota do ISS no período de 2029 a 2033.

2.7.2. **Atividades previstas:**

- Adaptar a planilha de apuração dos impostos incluindo a nova forma de apuração do IBS e controle paralelo da transição do ISS para o IBS.

2.7.3. **Produtos a serem entregues nesta fase:**

2.7.3.1. **Produto 7 (P7):** Nova planilha de apuração de impostos com o IBS e créditos e controle em paralelo do ISS com alíquota regressiva até 2032.

2.8. FASE 8: ACOMPANHAR E DAR O SUPORTE TÉCNICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA

2.8.1. **Objetivo:** Horas de suporte técnico, incluindo analisar documentos, esclarecer dúvidas conceituais e operacionais, dar orientações quanto ao melhor procedimento a ser adotado, dar suporte em normativos que vierem a ser divulgado durante a vigência do contrato. Revisão e criação de Políticas e/ou Instrumentos.

2.8.2. **Atividades previstas:**

- 400 horas técnicas de consultoria que envolva o tema em decorrência da evolução dos serviços e considerando os futuros regulamentos que surgirão no contexto da reforma tributária;
- Revisão e/ou criação de Políticas/Normas internas.

2.8.3. **Produtos a serem entregues nesta fase:**

2.8.3.1. **Produto 8 (P8):** Até 400 horas técnicas no suporte necessário na implementação do IBS e CBS;

2.8.3.2. **Produto 9 (P9):** Norma interna.

3. DAS ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1. Serão observados os seguintes procedimentos para o recebimento/aceite de cada um dos produtos:

3.1.1. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar em arquivo digital quando da finalização de cada atividade;

3.1.2. O contratante terá 10 (dez) dias úteis para validar os produtos após envio da versão preliminar;

3.1.3. A versão definitiva deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a validação da CONTRATANTE.

4. PREMISSAS E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- 4.1. Para a prestação de serviços objeto desta licitação, deverão ser observadas pela CONTRATADA as seguintes premissas básicas:
- 4.1.1. A CONTRATADA contará, para a execução dos trabalhos, com o apoio direto da CONTRATANTE, que envolverá, quando necessário, funcionários das diversas áreas, para atendimento aos consultores e validação das informações levantadas;
 - 4.1.2. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos de forma coordenada e integrada com a CONTRATANTE, objetivando o repasse de conhecimento e consenso das soluções;
 - 4.1.3. O planejamento do trabalho deverá priorizar as atividades conforme os impactos identificados no mapeamento da situação atual, de forma a atingir o maior grau de benefícios e o tempo de execução do objeto contratado;
 - 4.1.4. A CONTRATADA deverá executar os serviços e apresentar os resultados para a CONTRATANTE, prestando os necessários esclarecimentos e informações, objetivando a necessária compreensão e entendimento do contratante quanto ao trabalho realizado;
 - 4.1.5. A documentação produzida pela CONTRATADA deverá ser conclusiva e conter todos os subsídios necessários para que a CONTRATANTE desenvolva suas sistemáticas de classificação, mensuração e cálculo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como sirva de base para responder a qualquer questionamento de auditoria e/ou de órgãos reguladores;
 - 4.1.6. A adequação dos processos a CONTRATANTE aos requisitos das novas normas deve considerar as particularidades do banco, além de características de processos/produtos com suas complexidades e o alinhamento com a própria estratégia definida pela Alta Administração;
 - 4.1.7. Considerando que o processo regulatório se encontra em andamento, a CONTRATADA deverá ao longo da vigência do contrato acompanhar todas as edições de normas que se referirem ao assunto objeto deste certame, de forma a manter os trabalhos atualizados em conformidade ao que for sendo normatizado, sem que isso gere alterações no contrato;
 - 4.1.8. A CONTRATADA terá acesso tempestivo a toda informação relacionada ao escopo do projeto (políticas, manuais de procedimentos, descritivos de produtos e etc.);
 - 4.1.9. As solicitações de informações e documentação pela CONTRATADA deverão ser efetuadas com antecedência mínima à equipe do Bandes, de acordo com a complexidade dos dados, para as providências internas, que deverá atendê-las dentro de prazo acordado, sem prejuízo do cronograma dos trabalhos;
 - 4.1.10. Deverá ser considerado pela CONTRATADA que, quando da entrega de cada produto, a CONTRATANTE poderá solicitar apresentações verbais e ilustradas pela síntese dos principais tópicos, em arquivo eletrônico, para o esclarecimento sobre cada trabalho realizado.

5. PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO DOS PRODUTOS

- 5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente aprovada. O pagamento será realizado por fase após a entrega dos produtos contemplados, conforme o quadro abaixo:

Fase	Produto	% por produto	Prazo de Entrega
1	P1: Mapeamento de processos internos que sofrerão alteração; cronograma de trabalho; estimativa de impacto financeiro	5%	60 dias
2	P2: Nova planilha de apuração de impostos com os novos IBS e CSB e créditos	15%	120 dias

3	P3: Minuta contratual dos fornecedores incluindo novas cláusulas e estudo demonstrando o modelo de formação de preço em uma competição via licitação	15%	120 dias
4	P4: Relatório conclusivo de melhorias e adaptações tecnológicas nos pagamentos a fornecedores e na geração da DERE	15%	90 dias
5	P5: Manual detalhado da DERE com comentários explicando os principais itens que compõem a declaração e relacionando com as informações do sistema legado	25%	30 dias
6	P6: Promover treinamento presencial, conceitual e prático, pós implementação, para consolidar os entendimentos dos colaboradores, gerentes e diretores para nivelamento e transferência de conhecimento. O treinamento terá duração de no mínimo, 08 horas, sem limite de participantes	5%	60 dias
7	P7: Adaptação na planilha de apuração de impostos considerando o início da vigência do IBS e créditos e controle em paralelo do ISS com alíquota regressiva até 2032	10%	720 dias
8	P8: Até 400 horas técnicas no suporte necessário na implementação do IBS e CBS P9: Norma interna	10%	900 dias

- 5.2. A emissão da nota fiscal para pagamento dos serviços prestados dar-se-á somente após a validação dos produtos pela CONTRATANTE.

ANEXO III – DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005

DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens abaixo, para fins de habilitação, ressalvado os documentos que constam no SICAF.

2. Habilitação Jurídica:

- 2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 2.4. No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

3. Regularidade Fiscal:

- 3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 3.2. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- 3.4. Prova de regularidade com a **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO**, mediante emissão de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos, que pode ser obtida diretamente no site do órgão (https://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area_publica/cnd/emissao.php), independente do Estado que a empresa esteja sediada.

4. Qualificação Econômico-Financeira:

- 4.1. **Certidão Negativa de Pedido de Falência** ou recuperação judicial, expedida na sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
 - 4.1.1. Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.
- 4.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis** referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

- 4.2.1. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
- 4.2.2. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.
- 4.2.3. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- 4.2.4. Somente será habilitado o Licitante que comprovar boa situação financeira através da demonstração de índices de Liquidez Corrente, Solvência Geral e Liquidez Geral, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com resultado igual ou maior do que 01 (um) em todos os índices aqui mencionados:
- 4.2.4.1. $\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$.
- 4.2.4.2. $\text{Solvência Geral} = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$.
- 4.2.4.3. $\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$.
- 4.2.5. Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem 4.2.4, quando de suas habilitações, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial.
- 4.2.6. A comprovação dos índices referidos no subitem 4.2.4, bem como do capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo aludido no subitem 4.2.5, deverão se basear nas informações constantes nos documentos listados no item 4.2, cabendo ao licitante apresentar os cálculos de forma objetiva, sob pena de inabilitação.

5. Qualificação Técnica:

- 5.1. Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que possuam ativo total superior a R\$ 2 bilhões, que comprove que a licitante:
- I - Prestou serviços de consultoria tributária que abarque a revisão de todos os tributos vigentes e declarações acessórias pelo período mínimo de 3 (três) anos; e
- II - Prestou ou presta serviços de consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, incluindo a elaboração de diagnóstico dos impactos financeiros e tributários.
- 5.1.1. O requisito, ativo total próprio superior a R\$ 2 bilhões, foi estipulado com base no ativo da CONTRATANTE, considerando o Capítulo II previsto na Lei Complementar 214/2025 com regras específicas para os serviços financeiros/bancos.
- 5.1.2. A experiência mínima de 3 (três) anos em consultoria tributária está relacionada a necessidade de conhecimento técnico consolidado acerca da sistemática atualmente vigente, especialmente em relação ao PIS, à COFINS e ao ISS, para realizar análises comparativas, mapear riscos de transição, identificar impactos financeiros e operacionais, bem como orientar adequadamente a adequação dos processos internos da CONTRATANTE durante o período em que coexistirão regras antigas e novas.
- 5.2. Os atestados deverão trazer a descrição dos serviços realizados e o período de realização.
- 5.3. Os atestados apresentados deverão conter dados aptos a identificar os emitentes e possibilitar contato para validação.
- 5.4. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pela própria licitante.

- 5.4.1. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por empresa do mesmo grupo econômico da licitante.
- 5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 5.7. As comprovações solicitadas acima poderão ser efetuadas em tantos CONTRATOS quanto dispuser a proponente, e terem sido executados em qualquer época.
- 5.8. Não serão aceitos atestados técnicos de serviços contratados pelo BANDES fornecidos por terceiros por motivo de subcontratações e/ou sub-rogações não formalizadas e/ou aprovadas pelo Bandes.
- 5.9. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços.
- 5.10. Os atestados deverão conter nome, CNPJ, endereço e telefone do responsável pela emissão do Atestado de Capacidade Técnica da instituição ou qualquer outra forma de que o BANDES possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 5.11. O BANDES se reserva o direito de realizar diligências para elucidar dúvidas e verificar a veracidade das informações apresentadas junto aos órgãos e entidades expedidoras do atestado.
6. O Licitante deverá apresentar ainda:
- 6.1. **DECLARAÇÃO**, conforme Anexo V (Declaração).
- 6.2. **DECLARAÇÃO LGPD**, conforme Anexo VI (Declaração LGPD).
7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do Licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- 7.1. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.2. Se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.3. Se a Licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- 7.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.5. Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).
8. Todas as certidões deverão estar com prazo de validade vigente na data de sua apresentação.
9. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.
10. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que essa apresente alguma restrição, caso em que será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente

for declarado vencedor do certame, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

1.1. O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério do BANDES, ser prorrogado por igual período;

11. Rejeitada a documentação de habilitação, o Pregoeiro inabilitará o Licitante e convocará os demais Licitantes, na ordem de classificação, para exame de sua proposta de preço, negociação e análise de documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus Anexos.
12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
13. O não atendimento ao previsto neste item poderá implicar em instauração de processo administrativo, para aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
14. **A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.**
15. A verificação se dará mediante consulta *online*, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
16. Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada neste Anexo, o Pregoeiro assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio da opção “ENVIO DE ANEXOS”.

ANEXO IV – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste Edital e seus anexos.

1. QUADRO RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

LOTE UNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade de medida	Qde	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste Edital e seus anexos	Serviço	01		
VALOR GLOBAL					R\$

2. QUADRO DETALHADO DA PROPOSTA DE PREÇOS

FASE	DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade de medida	Qde	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	P1: Mapeamento de processos internos que sofrerão alteração; cronograma de trabalho; estimativa de impacto financeiro	Serviço	01		(5% do valor global)
2	P2: Nova planilha de apuração de impostos com os novos IBS e CSB e créditos	Serviço	01		(15% do valor global)
3	P3: Minuta contratual dos fornecedores incluindo novas cláusulas e estudo demonstrando o modelo de formação de preço em uma competição via licitação	Serviço	01		(15% do valor global)
4	P4: Relatório conclusivo de melhorias e adaptações tecnológicas nos pagamentos a fornecedores e na geração da DERE	Serviço	01		(15% do valor global)
5	P5: Manual detalhado da DERE com comentários explicando os principais itens que compõem a declaração e relacionando com as informações do sistema legado	Serviço	01		(25% do valor global)
6	P6: Promover treinamento presencial, conceitual e prático, pós implementação, para consolidar os entendimentos dos colaboradores, gerentes e diretores para nivelamento e transferência de conhecimento. O treinamento terá duração de no mínimo, 08 horas, sem limite de participantes	Serviço	01		(5% do valor global)

7	P7: Adaptação na planilha de apuração de impostos considerando o início da vigência do IBS e créditos e controle em paralelo do ISS com alíquota regressiva até 2032	Serviço	01		(10% do valor global)
8	P8: Até 400 horas técnicas no suporte necessário na implementação do IBS e CBS	Hora-técnica	400		(10% do valor global)
	P9: Norma interna	Serviço	01		
VALOR GLOBAL					R\$

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. O valor total da proposta é de R\$ _____ (_____).
- 3.2. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 3.3. Declaro que, nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas com salários, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, materiais, equipamentos, seguros, fretes, transporte, tributos diretos e indiretos e outras despesas pertinentes ao objeto do presente edital e seus anexos.
- 3.4. Declaro que a proposta atende às exigências e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante Legal]

ANEXO V – DECLARAÇÃO**PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005****(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que:

- I. Até a presente data, não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, artigos 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES e item 6.2 deste Edital, inexistindo quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- II. Não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou diretor do BANDES.
- III. Não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Espírito Santo e não foi declarada inidônea por União, Estados ou Distrito Federal.
- IV. Nesta empresa não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.
- V. Não explora e nem foi flagrado explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;
- VI. Respeita as normas relativas à legislação ambiental, não tendo sido condenado por crimes ambientais;
- VII. Está ciente dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da Minuta do Contrato, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderá alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação.
- VIII. Aceita todas as condições exigidas nesta licitação, e concorda com os termos dos documentos que a integram.
- IX. Disponibilizará, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários à execução do objeto licitado.
- X. Está ciente do teor do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES; Código de Ética, Conduta e Integridade; Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio; Orientações sobre Risco Operacional, Compliance e Ética; e Orientações sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, disponíveis em www.bandes.com.br.
- XI. Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante da Empresa]

ANEXO VI – DECLARAÇÃO LGPD

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2026/005

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) da Carteira de Identidade nº [nº da Carteira de Identidade] e do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que está em plena conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/18 (LGPD), com relação ao tratamento de dados pessoais objeto deste Edital, e comprovará essa adequação na fase de contratação, conforme item 16.2 do edital, abaixo transcrito:

“16.2. O Licitante vencedor deverá ainda, no prazo concedido pelo BANDES, ser convocado a comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual, devendo, para tal:

16.2.1. Apresentar, relativo aos dados pessoais objeto deste Edital, a **Política de Privacidade de Dados e/ou Política de Proteção de Dados tratados**, ou documento equivalente, indicando, obrigatoriamente, a base legal usada nos tratamentos de dados realizados pela empresa, e fonte dos dados tratados.

16.2.1.1. Esses documentos poderão ser avaliados pelo Comitê de Proteção de Dados Pessoais do Banded, conforme o caso, de modo a avaliar a adequação, podendo haver a solicitação de informações adicionais.”

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante da Empresa]

ANEXO VII – FICHA CADASTRAL

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social	
CNPJ	
Endereço Completo	
Telefone	
E-mail	
Inscrição Estadual	
Inscrição Municipal	
Data de Constituição da Empresa	
Capital Social	
Porte	() ME () EPP () Demais
Regime Tributário	
Faturamento Médio Mensal Da Empresa Nos Últimos 12 (doze) Meses	
Dados Bancários Para Pagamento	Banco: Agência: Conta-Corrente:

Dados do Representante Legal (Responsável Pela Assinatura do Instrumento Contratual)	
Nome Completo	
CPF	
Documento de Identidade	
Nacionalidade	
Telefone	
E-mail	
Cargo na empresa	
Poderes de Representação	
Procuração/Ato Societário	

Dados do Preposto (Pessoa para Contato)	
Nome Completo	
CPF	
Documento de Identidade	
Telefone	
E-mail	
Cargo na Empresa	

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].

[Nome e assinatura do Representante da empresa]

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO SOBRE MATURIDADE E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
DECLARAÇÃO SOBRE MATURIDADE E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI 13.709/2018
1. Identificação

Dados do Contratado/Operador			
Nome/Razão Social:			
CPF/CNPJ:			
Telefone:		e-mail:	

Dados do Representante Legal do Contratado/Operador (se necessário, adicione linhas)			
Nome			
CPF:		RG:	
Nome			
CPF:		RG:	

Dados do DPO/Encarregado de Dados			
() Declaro que estou dispensado de indicação, conforme Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022 e alterações posteriores (marque a opção, caso adotada).			
Nome/Razão Social:			
CPF/CNPJ:			
Telefone:		e-mail:	

Formas de Atendimento aos Direitos dos Titulares (preenche o item que se aplica)		
Site/URL:		
Telefone:	e-mail:	
Outro:		

2. Declaração

O Contratado/Operador, por meio de seus representantes legais acima identificados, declara que:

- a. Está em conformidade com a LGPD e dispõe de Política de Privacidade ou Proteção de Dados Pessoais ou documento similar;
- b. Se o serviço a ser contratado inclui o fornecimento de dados pessoais ao Controlador/Bandes, estes possuem origem lícita, com as hipóteses legais de tratamento dos dados pessoais e observando as previsões da LGPD;
- c. Se o Controlador/Bandes permitir a Transferência Internacional de dados, realizará a transferência apenas para países que possuírem legislação que proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD ou quando essa opção não for possível, que adotará os demais mecanismos previstos na LGPD para que ocorra a transferência.
- d. Adota as seguintes medidas de segurança:
 - i. Antivírus;
 - ii. Atualização de sistemas;
 - iii. Controle de acesso lógico;
 - iv. Backups;
 - v. Firewall;
 - vi. Plano de resposta a incidentes;
 - vii. Política de segurança da informação;
 - viii. Uso de termos de confidencialidade com os funcionários e treinamento sobre LGPD aos funcionários.
- e. Manterá, no mínimo, as condições da declaração enquanto vigor o contrato;

- f. Fornecerá, quando demandado, as evidências que comprovem os itens declarados.

3. Informações adicionais

Além dos requisitos obrigatórios previstos para a prestação do serviço ao Bandes/Controlador, adota os seguintes exemplos de medidas de segurança (marque a opção, caso adotada):

<input type="checkbox"/> Criptografia/Pseudonimização	<input type="checkbox"/> Processo de Gestão de Riscos
<input type="checkbox"/> Controle de acesso físico	<input type="checkbox"/> Registro de incidentes
<input type="checkbox"/> Gestão de ativos	<input type="checkbox"/> Registros de acesso (logs)
<input type="checkbox"/> Monitoramento de uso de rede e sistemas	<input type="checkbox"/> Segregação de rede
<input type="checkbox"/> Múltiplos fatores de autenticação	<input type="checkbox"/> Testes de invasão

Outro (descreva):

4. Data, local e assinaturas (preferencialmente, assinar digitalmente no padrão ICP-Brasil)

Declaro que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, pelas quais se responsabiliza sob as penas da lei.

Data:

Local:

Assinaturas:

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA – PLD/FTP

A empresa [Razão Social da empresa], CNPJ n.º [nº do CNPJ], sediada [endereço completo], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). [nome completo do representante legal], portador(a) do CPF nº [nº do CPF] DECLARA que:

1. Tem conhecimento e observa, em suas atividades, as normas nacionais de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP e de Anticorrupção, dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a Lei dos Crimes de “Lavagem de Dinheiro” (Lei nº 9.613/1998), a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.
2. Tem conhecimento dos seguintes regimentos do BANDES: Código de Ética, Conduta e Integridade; Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio; Orientações sobre Risco Operacional, Compliance e Ética; e Orientações sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (todos disponíveis em: <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/1977/compliance-integridade>). Dessa forma, compromete-se a cumpri-los fielmente, no que lhe for aplicável, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, durante a execução do contrato.
3. Não se encontra, assim como seus sócios, administradores e colaboradores, direta ou indiretamente:
 - a. Sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
 - b. No curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
 - c. Suspeita de práticas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, por qualquer entidade governamental;
 - d. Sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.
4. Se obriga a notificar prontamente, por escrito, ao BANDES a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nos regimentos citados nesta Declaração. A violação dos documentos citados nesta Declaração será considerada infração grave ao Contrato e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, a critério do BANDES, sem qualquer ônus para este e sem prejuízo da cobrança das perdas e danos decorrentes da infração.
5. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Contrato, em seus anexos e na legislação em vigor, a prática de quaisquer atos contrários às legislações a que alude esta Declaração poderá ser objeto de apuração interna e/ou denúncia à Autoridade Competente, observando-se o devido processo legal.

[Local], [dia] de [mês por extenso] de [ano].
[Nome e assinatura do Representante Legal]

CONTRATO Nº ____/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM
O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A E
_____.**

Partes:

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A, sociedade de economia mista estadual, sediada na Avenida Princesa Isabel, nº 54, Vitória/ES, inscrito no CNPJ sob nº 28.145.829/0001-00, doravante denominado **BANDES**.

_____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

Por seus representantes legais resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, o Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócios, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de consultoria para adequação à reforma tributária do consumo promovida pelo Governo Federal através da Lei Complementar nº 214/2025, de acordo com as especificações e etapas previstas neste contrato e seus anexos, de acordo com a referida Lei.
- 1.2. A descrição detalhada e especificação do objeto estão contidas no Anexo I deste contrato.
- 1.3. Na execução do objeto a CONTRATADA estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, especialmente as obrigações constantes da Cláusula Sétima.
- 1.4. Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, a aquisição e os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, que passam a integrá-lo como se nele transcritos:
 - a) Proposta Comercial
 - b) Termo de Referência

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir de ____/____/____.
- 2.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 05 anos, nos termos do art. 143 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes.
- 2.3. As prorrogações serão permitidas, observados os requisitos previstos no art. 146 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes, com as devidas justificativas por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto será executado pelo regime de execução de Contratação por Preço Global.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

- 4.1. Pelo cumprimento do objeto contratual, o BANDES pagará a CONTRATADA os seguintes valores unitários conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	Unidade de medida	Qde	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	P1: Mapeamento de processos internos que sofrerão alteração; cronograma de trabalho; estimativa de impacto financeiro	Serviço	01		(5% do valor global)
2	P2: Nova planilha de apuração de impostos com os novos IBS e CSB e créditos	Serviço	01		(15% do valor global)
3	P3: Minuta contratual dos fornecedores incluindo novas cláusulas e estudo demonstrando o modelo de formação de preço em uma competição via licitação	Serviço	01		(15% do valor global)
4	P4: Relatório conclusivo de melhorias e adaptações tecnológicas nos pagamentos a fornecedores e na geração da DERE	Serviço	01		(15% do valor global)
5	P5: Manual detalhado da DERE com comentários explicando os principais itens que compõem a declaração e relacionando com as informações do sistema legado	Serviço	01		(25% do valor global)
6	P6: Promover treinamento presencial, conceitual e prático, pós implementação, para consolidar os entendimentos dos colaboradores, gerentes e diretores para nivelamento e transferência de conhecimento. O treinamento terá duração de no mínimo, 08 horas, sem limite de participantes	Serviço	01		(5% do valor global)
7	P7: Adaptação na planilha de apuração de impostos considerando o início da vigência do IBS e créditos e controle em paralelo do ISS com alíquota regressiva até 2032	Serviço	01		(10% do valor global)
8	P8: Até 400 horas técnicas no suporte necessário na implementação do IBS e CBS	Hora-técnica	400		(10% do valor global)
	P9: Norma interna	Serviço	01		

- 4.2. O valor total estimado do contrato é de R\$ _____ (_____).
- 4.3. No preço ajustado estão incluídos todos os impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e demais despesas que se fizerem necessárias à perfeita e total execução do objeto deste contrato.
- 4.4. As despesas com a execução do objeto contratado provêm de recursos próprios do BANDES.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

- 6.1. Os valores do contrato poderão ser reajustados aplicando-se como índice de reajuste o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, verificada sempre a periodicidade mínima anual.
- 6.2. O reajustamento de preço respeitará o interregno mínimo legal de 12 (doze) meses.
- 6.3. O marco inicial para a concessão do primeiro reajustamento de preços é a data de assinatura do contrato, desconsiderando-se interstícios temporais inferiores a um mês.

- 6.4. Em caso de reajustamento de preço posterior ao primeiro, o marco inicial será a data em que a revisão anterior tiver ocorrido.
- 6.5. O reajustamento do contrato deverá ser pleiteado pela CONTRATADA até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão (lógica) do direito ao reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O BANDES pagará à Contratada, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Bandes, vedada a antecipação.
- 6.2. O pagamento será realizado através de boleto bancário, depósito ou transferência para conta bancária a ser informada pela CONTRATADA.
- 6.3. A conferência da Nota Fiscal/Fatura será efetuada pelo setor responsável pela fiscalização do contrato, confirmando que os serviços foram prestados na forma contratada.
- 6.4. A Nota Fiscal/fatura deverá conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo ao CONTRATADO a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:
 - 6.4.1. a identificação completa do CONTRATANTE, bem como o número deste Contrato;
 - 6.4.2. os valores referentes às retenções obrigatórias de tributos, devidamente destacados;
 - 6.4.3. descrição detalhada de todos os itens que compõem o objeto contratado, de forma clara, indicando, inclusive, se for o caso, os valores unitários e totais e o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) do BANCO contemplada(s) pelo(a) fornecimento/prestação dos serviços.
- 6.5. O documento de cobrança rejeitado por erros ou incorreções será devolvido à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.
- 6.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura motivada por erro ou incorreções, o prazo de 10 (dez) dias úteis passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 6.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- 6.8. O BANDES poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato.
- 6.9. Os valores correspondentes às notas fiscais vencidas e não pagas pelo BANDES na forma contratual sofrerão a incidência de correção monetária pelo IPCA e de juros de mora na base de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela em atraso.
 - 6.9.1. Os pagamentos das multas de mora serão efetuados pelo BANDES contra apresentação de nota de débito contendo o número do contrato e a Nota Fiscal correspondente.
- 6.10. Fica assegurado ao BANDES o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importância correspondente a:
 - I. Débitos aos quais a CONTRATADA por culpa ou dolo tiver dado causa;
 - II. Despesas relativas à correção de eventuais falhas decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA;
 - III. Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos por culpa ou dolo da CONTRATADA.

- 6.11. Se devido, serão procedidos nos pagamentos a serem efetuados as retenções de impostos nas hipóteses previstas na lei. Caso a Contratada seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com cada NF/Fatura, a cópia do Termo de Opção.
- 6.12. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 6.13. Quando solicitado pelo BANDES, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de contratação através da apresentação dos seguintes documentos:
- I. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - III. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Além das demais condições inseridas neste contrato e anexos, e no termo de referência, constituem obrigações da CONTRATADA, as seguintes:
- I. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
 - II. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao BANDES ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato.
 - III. Prestar o serviço do objeto ao BANDES, correndo por sua conta todas as despesas com tributos, encargos sociais, taxas, fretes, transportes, seguros e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente sobre o serviço do objeto;
 - IV. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vales-refeição, vales-transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas;
 - V. Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações as quais houver dado causa;
 - VI. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados durante a execução do contrato;
 - VII. Prestar os serviços objeto deste instrumento, de acordo com as especificações exigidas neste contrato e seus anexos;
 - VIII. Comunicar de imediato e por escrito ao BANDES, qualquer irregularidade que surgir durante a vigência deste contrato;
 - IX. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a capacidade técnica operativa;
 - X. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo BANDES, durante a execução do objeto deste contrato.
 - XI. Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do Fiscal do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

- XII. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- XIII. Cuidar para que todas as documentações geradas durante a execução dos Serviços sejam disponibilizadas à CONTRATANTE;
- XIV. Reportar à CONTRATANTE imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos Serviços e o bom andamento das atividades da CONTRATANTE
- XV. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- XVI. Erradicar o trabalho análogo ao de escravo e o trabalho infantil, com as obrigações de:
 - a) não submeter seus trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívidas ou trabalhos forçados;
 - b) não utilizar qualquer trabalho por menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
 - c) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- XVII. Receber e dar tratamento às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- XVIII. Se responsabilizar solidariamente por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO BANDES

8.1. Obriga-se o BANDES, no âmbito de sua competência a:

- I. Acompanhar e fiscalizar execução do objeto do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive às penalidades legalmente previstas, comunicando à Contratada as ocorrências que exijam medidas corretivas;
- II. Impedir que terceiros estranhos ao contrato prestem os serviços ou forneçam o objeto contratado, conforme o caso, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no contrato;
- III. Conferir e receber o objeto nos termos deste contrato, de seu anexo, do Termo de Referência.
- IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato, com seus anexos e com o Termo de Referência;
- V. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo BANDES, não devem ser interrompidos;
- VI. Proceder o pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado neste instrumento;
- VII. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto;
- VIII. Coordenar, através do fiscal do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os contatos necessários.
- IX. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- X. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

- XI. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

- 9.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, erro ou demora na sua execução, ou ainda, pelo descumprimento de qualquer obrigação nele assumida, a CONTRATADA será notificada pelo BANDES, sendo-lhe garantida prévia defesa. Caso as razões por ela apresentadas sejam consideradas improcedentes, o BANDES poderá aplicar-lhe as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando ocorrer:

- a) Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério do BANDES, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

- II. **Multa moratória**, de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso ou falha na execução dos serviços, calculado sobre o valor do contrato e contado da data de comunicação à CONTRATADA sobre o atraso ou falha na execução dos serviços;

III. **Multa compensatória**, nos percentuais e condições indicados abaixo:

- a) Até 5% (cinco por cento) em caso de inexecução parcial do objeto e qualquer descumprimento contratual, calculados sobre o valor do contrato, apurado de acordo com a gravidade da infração;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do objeto.

IV. **Suspensão temporária** de participação em licitação e contratação com o BANDES, por prazo não superior a 02 (dois) anos, caso a CONTRATADA:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BANDES em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Apresentar documentação falsa exigida para a contratação;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato, acarretando prejuízos ao BANDES;
- g) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

- 9.2. As sanções de multa (moratória e compensatória) poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades de advertência e suspensão, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

- 9.3. As multas previstas nesta cláusula serão descontadas de imediato, dos pagamentos devidos ou cobrada judicialmente, se for o caso. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, quando for o caso,

além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo BANDES ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

- 9.4. Na hipótese de a multa não cobrir os prejuízos causados pelo contratado, a empresa pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do art. 416 do Código Civil.
- 9.5. Em caso de suspensão temporária de participação em licitação e contratação, o BANDES encaminhará as informações da sanção para o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme previsto no Art. 23 Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.6. Caberá apresentação de defesa prévia pelo contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação inicial acerca da infração a ela imputada, devendo ser observado o contraditório e a ampla defesa antes da aplicação de qualquer sanção.
- 9.7. O processo para aplicação de sanções obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 189 a 199 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 9.8. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem a CONTRATADA da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1. A inexecução, total ou parcial, deste contrato poderá dar ensejo a sua rescisão e acarretará as consequências previstas na Lei 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 10.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer:
 - I. De forma unilateral pelo BANDES, em caso de descumprimento contratual que comprometa a continuidade da prestação dos serviços, assegurada a prévia defesa;
 - II. Nas situações previstas no item 10.3 abaixo, assegurada a prévia defesa;
 - III. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o BANDES;
 - IV. Por determinação judicial, nos termos da legislação.
- 10.3. Constituem motivos para rescisão deste Contrato:
 - I. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - II. Subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;
 - III. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - IV. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
 - V. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013;
 - VI. A inobservância das vedações previstas nos arts. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES;

- VII. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação do BANDES, direta ou indiretamente;
 - VIII. O cometimento reiterado de falhas na execução contratual, devidamente registradas pelo fiscal do contrato;
 - IX. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - X. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 10.4. O não cumprimento injustificado de cláusulas contratuais será considerado nos casos em que as razões apresentadas pela CONTRATADA sejam consideradas improcedentes pelo BANDES.
- 10.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.
- 10.6. A rescisão nas hipóteses do item 10.3 acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato:
- I. Assunção imediata do objeto contratado, pelo BANDES, no estado e local em que se encontrar;
 - II. Execução da garantia contratual, se houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pelo BANDES;
 - III. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao BANDES.
- 10.7. A aplicação da medida prevista no inciso I, do item 10.6, ficará a critério do Bandes, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 10.8. O processo para rescisão do contrato obedecerá às normas estabelecidas nos arts. 192 a 199 do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 11.1. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer mediante acordo entre as partes e reger-se-ão pela disciplina dos arts. 149 a 156, do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, e art. 81 da Lei 13.303/2016.
- 11.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, desde que dentro do escopo contratado, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES.
- 11.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes.
- 11.4. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido desde que verificados os seguintes requisitos:
- I. O evento seja futuro e incerto;
 - II. O evento ocorra após a apresentação da proposta;
 - III. O evento não ocorra por culpa da CONTRATADA;

- IV. A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do contratado e a retribuição do BANDES;
 - V. Haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos do contratado;
 - VI. Seja demonstrada pela CONTRATADA a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.
- 11.5. Ressalvados os tributos sobre a renda ou lucro, quaisquer outros tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 11.6. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termos aditivos, exceto as que digam respeito à variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e às atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, que poderão ser registradas por simples apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será permitida subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1. Não será exigida garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BANDES

- 14.1. A CONTRATADA e o BANDES comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios do interesse público, da integridade, da imparcialidade, da transparência, da honestidade, da responsabilidade, do respeito, da competência e eficiência.
- 14.2. Em atendimento ao disposto no item 14.1 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:
- I. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
 - II. Impedir o favorecimento ou a participação de empregados e dirigentes do BANDES, ou seus parentes até o terceiro grau, na execução do objeto do presente Contrato, em situação de conflito de interesse;
 - III. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.
- 14.3. Verificada uma das situações mencionadas no inciso II do item 14.2 desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BANDES, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.
- 14.4. A CONTRATADA declara ter conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócio do BANDES, que pode ser consultado por intermédio do sítio eletrônico www.bandes.com.br ou requisitado ao Fiscal do Contrato.

- 14.5. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BANDES ou da legislação vigente podem ser denunciados por meio do canal de denúncias na página do Bandes na internet (www.bandes.com.br).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- 15.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como todas as normas e regulamentos complementares aplicáveis à proteção de dados pessoais.
- 15.2 A CONTRATADA compromete-se a cumprir integralmente todas as condições detalhadas no Anexo II (Termo de Tratamento de Dados), que integra este contrato para todos os fins e contém as regras específicas aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

- 16.1 Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do BANDES, bem como as disposições abaixo:
- I. As relações entre o BANDES e a CONTRATADA serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência das medidas que deverão, todavia, ser confirmados por escrito dentro de 05 (cinco) dias úteis;
 - II. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades do contrato, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento realizado, salvo disposição em contrário, estabelecida neste instrumento.
 - III. Não valerá como precedente ou novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o contrato asseguram ao BANDES, a tolerância de sua parte quanto a eventuais infrações da CONTRATADA às condições estabelecidas no instrumento contratual e seu anexo.
 - IV. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do BANDES, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência do contrato ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da parte inadimplente, não atingirá aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos na forma estabelecida no instrumento contratual, até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações mútuas.
 - V. A fusão, cisão ou incorporação, só serão admitidas, desde que comunicadas previamente ao BANDES, cuja manutenção do contrato deverá ser manifestada expressamente, sem que cause qualquer prejuízo à boa execução, e que a empresa sucessora possua os requisitos de habilitação exigidos inicialmente, para que possa dar continuidade ao contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- 17.1 A presente contratação é resultado do Pregão Eletrônico nº 2026/005 – Processo AD 048/2026, autorizado pela Diretoria Executiva do BANDES em reunião realizada no dia 16/04/2026, nos termos do Voto DIRAF nº 034/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

- 18.1 As partes elegem, de comum acordo, o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado de Espírito Santo, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões que se originam deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A – BANDES

CONTRATADA

ANEXO I (DO CONTRATO)

(CONFORME ANEXO II DO EDITAL)

TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI 13.709/2018

Este Termo de Tratamento de Dados (“Termo”) se aplica às atividades de Tratamento de Dados realizadas em razão do Contrato e integra o Contrato para todos os fins de direito.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Neste Termo, os seguintes termos terão os significados definidos abaixo:

- 1.1.1. “ANPD” significa a Autoridade Nacional de Proteção de Dados no Brasil, conforme definido na LGPD.
- 1.1.2. “Base(s) Legal(ais)” são as hipóteses autorizadoras previstas na LGPD para o Tratamento de Dados.
- 1.1.3. “Controlador(es)” tem o significado atribuído na LGPD.
- 1.1.4. “Dado(s)” significam os Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e informações encaminhadas em qualquer formato pelo BANDES ou por terceiros para execução do Contrato e/ou Dados Pessoais, Dados Pessoais Sensíveis e/ou informações que sejam utilizados para a execução do Contrato;
- 1.1.5. “Dado(s) Pessoal(ais)” tem o significado atribuído na LGPD.
- 1.1.6. “Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” tem o significado atribuído na LGPD.
- 1.1.7. “Lei(s) e Regulamento(s) de Proteção de Dado(s)” significam qualquer lei e regulação, incluindo qualquer decisão publicada por qualquer Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento dos Dados Pessoais que ocorra no contexto do Contrato;
- 1.1.8. “LGPD” significa Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados, e suas respectivas alterações posteriores);
- 1.1.9. “Operador(es)” tem o significado atribuído na LGPD.
- 1.1.10. “Parte(s)” é a denominação que representa conjuntamente a Contratante e Contratada.
- 1.1.11. “Titular(es)” tem o significado atribuído na LGPD.
- 1.1.12. “Tratamento(s)” tem o significado atribuído na LGPD.

2. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS A TODOS OS DADOS UTILIZADOS NO ÂMBITO DO CONTRATO. Com relação ao Tratamento e aos Dados utilizados no âmbito do Contrato, sejam fornecidos e/ou obtidos pela própria CONTRATA ou pelo BANDES, a CONTRATADA obriga-se:

- 2.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção e privacidade dos Dados tratados.
- 2.2. Possuir mecanismos suficientes para garantir que a utilização dos Dados será realizada em conformidade com a LGPD, inclusive observando, nos casos de consentimento, a manifestação de revogabilidade feita pelo Titular.
- 2.3. Manter a segurança e sigilo dos Dados, adotando medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os Dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito.
- 2.4. Manter registro das atividades de Tratamento de Dados que realizar.
- 2.5. Caso a prestação de serviços envolva a utilização de Dados da CONTRATA, garantir que os Dados foram e serão obtidos de forma lícita, com Base Legal válida, legítima e adequada para a(s) finalidade(s) do Tratamento em questão.
- 2.6. O Tratamento e Transferência, Nacional e Internacional, objeto do Contrato submete-se à LGPD e à fiscalização da ANPD.

3. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS DADOS DO BANDES. Com relação ao Tratamento e aos Dados fornecidos e/ou obtidos pelo BANDES e/ou Dados coletados pela CONTRATADA em nome do BANDES, a CONTRATADA, obriga-se a:

3.1. TRATAMENTO DE DADOS

- 3.1.1. Cumprir todas as determinações legais para proteção dos Dados que estiverem em sua custódia, atendendo especialmente aos princípios de adequação, necessidade e finalidade, e limitará internamente o acesso aos Dados aos colaboradores estritamente necessários ao atendimento da finalidade.
- 3.1.2. É vedado à CONTRATADA utilizar todo e qualquer Dado repassado pelo BANDES para finalidade distinta do objeto contratado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, assim como, de utilizar qualquer tipo de ferramenta, tecnologia, engenharia reversa ou qualquer outro método que vise identificar os Titulares dos Dados, nos casos em que os Dados tenham sido compartilhados de forma a não ser possível a identificação direta dos Titulares sem que haja o cruzamento com outras informações ou com o acesso à chave de identificação.
- 3.1.3. Comunicar imediatamente o BANDES nos casos que, no contexto do Contrato, tenha acesso a Dados que considere como excessivos ou não necessários à execução do Contrato, devendo o CORRESPONDENTE inutilizar tais Dados.
- 3.1.4. No que couber, auxiliar o BANDES na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos Dados e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei ou necessários para o BANDES.
- 3.1.5. Manter e colocar à disposição do BANDES, registro escrito das operações de Tratamento de Dados, em consonância com a LGPD.
- 3.1.6. Tratar apenas os Dados necessários para a execução do serviço objeto do contrato, tais como e não se limitando: Nome; Dependente; CPF; Identidade; Telefone; WhatsApp, e-mail; Endereço; IP; Coordenada Geográfica; Estado Civil; Assinatura; Dados bancários; Filiação; Data Nascimento; Naturalidade; Sexo; Profissão; Função ou Cargo; Biometria, dentre outros sujeitos à LGPD.
- 3.1.7. O BANDES garante que os Dados eventualmente compartilhados com a CONTRATADA, bem como qualquer tratamento realizado pela CONTRATADA em nome do BANDES, estarão amparados por uma base legal válida, legítima e adequada para a(s) finalidade(s) do tratamento em questão, na forma autorizada pela legislação aplicável.
- 3.1.8. A CONTRATADA poderá realizar a transferência de Dados a terceiros, para viabilizar o melhor desempenho das atividades vinculadas às finalidades descritas no Contrato assim como para gestão, segurança, armazenamento e backup em nuvem. Neste caso, deverá a CONTRATADA:
 - 3.1.8.1. Verificar que cada terceiro tenha condições de garantir um nível de proteção de Dados, no mínimo, equivalente a este Termo e providenciar evidências dessa verificação.
 - 3.1.8.2. Celebrar, por escrito, contrato com cada terceiro, cujo teor deverá incluir disposições, no mínimo, equivalentes a este Termo;
 - 3.1.8.3. Ser responsável por todas as ações e omissões do terceiro em relação ao tratamento dos Dados.

3.2. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

- 3.2.1. Havendo a necessidade de transferência internacional de Dados:
- 3.2.2. Somente deverá ocorrer para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD. Caso não haja uma decisão de adequação emitida pela ANPD, a CONTRATADA deverá implementar garantias suficientes para assegurar a proteção dos dados transferidos, assim como que a transferência internacional ocorra de acordo com um dos mecanismos previstos na LGPD e demais Leis e Regulamentos de proteção de Dados
- 3.2.3. Terá como finalidade exclusiva o atendimento do objeto do Contrato, comprometendo-se a CONTRATADA a utilizar os Dados exclusivamente para os fins estabelecidos nesta Cláusula, abstendo-se de qualquer uso incompatível ou não autorizado.

- 3.2.4. As demais disposições deste Termo ficam válidas também para o Tratamento e Transferência Internacional de Dados.

4. SEGURANÇA E SIGILO

- 4.1. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, Dados e/ou base de dados a que se tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de Tratamento não previstos.
- 4.2. A CONTRATADA se compromete a tomar todas as medidas de segurança adequadas para prevenir o acesso não autorizado, modificação ou exclusão dos Dados tratados em nome do BANDES. As medidas exigidas pelo BANDES são:
- 4.2.1. Programa de conformidade, conforme art. 50 da LGPD.
 - 4.2.2. Sistemas com restrição e registro de acesso por usuário.
 - 4.2.3. Termo de confidencialidade com todos os colaboradores que possam ter acesso aos Dados objeto deste Termo.
 - 4.2.4. Política de privacidade e instruções internas sobre utilização de Dados.
 - 4.2.5. Possibilidade de detecção de vazamentos ou acessos não autorizados, bem como plano de resposta a incidentes de segurança.
 - 4.2.6. Possibilidade de restauração de Dados, principalmente em situações de incidentes de segurança (backups seguros).
 - 4.2.7. Controles internos que testem regularmente a efetividade das medidas de segurança adotadas.
 - 4.2.8. Garantia de fácil acesso, modificação ou exclusão dos Dados, se necessário.
 - 4.2.9. Uso de Antimalware, Antivírus e Firewall;
 - 4.2.10. Controle de acesso físico e lógico;
 - 4.2.11. Atualização de Sistemas e Patches.
- 4.3. A CONTRATADA se compromete, em nome de seus sócios, colaboradores e parceiros, a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações – em especial os Dados Pessoais e os Dados Pessoais Sensíveis - repassados pelo BANDES, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Contrato.
- 4.4. A CONTRATADA deve assegurar-se de que seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos Dados, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- 4.5. Quando houver o repasse de qualquer informação em vista de obrigação legal, conforme previsto no caput, a CONTRATADA deve informar ao BANDES antecipadamente, listando quais Dados serão repassados, a forma de repasse, a lei que obriga a transferência, ou a cláusula contratual a ser cumprida e por quanto tempo o terceiro permanecerá com a informação antes da exclusão, em observância ao princípio da transparência (art. 6º, inciso VI, LGPD).

5. DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A qualquer tempo, o BANDES poderá realizar auditoria, inclusive por terceiros contratados, em todas as dependências da CONTRATADA, bem como solicitar esclarecimentos e documentos, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança e demais obrigações previstas neste Termo.

- 5.2. O BANDES poderá requerer a interrupção do tratamento dos Dados caso detecte qualquer inconformidade com o presente Termo ou com as Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

6. DIREITOS DO TITULAR

- 6.1. A CONTRATADA disponibilizará e manterá canal de atendimento para o recebimento das solicitações aos direitos dos Titulares de Dados previstos em Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.
- 6.2. Fica consignado que o BANDES será responsável pelo atendimento das solicitações dos Titulares no que diz respeito aos Dados compartilhados e/ou obtidos pelo BANDES e/ou aos Dados tratados pela CONTRATADA em nome do BANDES. Com relação aos Dados fornecidos e/ou obtidos pelo CORRESPONDENTE em nome próprio, a própria CONTRATADA deverá ser responsável pelo atendimento das solicitações dos Titulares.
- 6.3. Caso o CORRESPONDENTE receba do Titular de Dados alguma solicitação do exercício de seus direitos relacionados aos Dados compartilhados e/ou obtidos pelo BANDES e/ou aos Dados tratados pela CONTRATADA em nome do BANDES, a CONTRATADA deverá comunicar tal fato imediatamente ao BANDES e fornecer informações e documentos para auxiliar o BANDES no atendimento dos direitos dos Titulares de Dados.

7. INCIDENTE DE SEGURANÇA

- 7.1. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar por escrito ao BANDES, minimamente por e-mail e em até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança com os Dados objeto do Contrato, tais como, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Para que o BANDES possa cumprir com eventuais exigências impostas pelas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados, a comunicação deverá conter minimamente as seguintes informações preliminares:
- 7.1.1. descrição do ocorrido;
 - 7.1.2. data e hora do incidente;
 - 7.1.3. data e hora da ciência pela CONTRATADA;
 - 7.1.4. causa raiz do incidente;
 - 7.1.5. tipologia e número aproximado de Titulares dos Dados afetados;
 - 7.1.6. tipologia dos Dados afetados;
 - 7.1.7. possíveis impactos aos titulares de dados pessoais;
 - 7.1.8. ações de mitigação adotadas;
 - 7.1.9. nome e detalhes de contato do Encarregado de Dados;
 - 7.1.10. e próximos passos a serem adotados.
- 7.2. Caso a CONTRATADA não tenha enviado a comunicação de incidente de segurança ao BANDES no prazo previsto nesta seção, deverá indicar os motivos pelos quais não foi possível cumprir esse prazo.
- 7.3. Informações complementares sobre o incidente de segurança poderão ser solicitadas pelo BANDES à CONTRATADA, devendo a CONTRATADA encaminhar tempestivamente tais informações ao BANDES.
- 7.4. A CONTRATADA reconhece que o BANDES poderá compartilhar informações sobre Incidentes de Segurança com o Banco Central do Brasil, entidades reguladoras, autoridades policiais, órgãos de fiscalização e controle, os próprios Titulares dos Dados, bem como com outras instituições financeiras, sempre que necessário para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou para a proteção dos direitos dos Titulares.
- 7.5. A CONTRATADA, com suas próprias despesas, investigará as causas e as consequências do Incidente de Segurança e tomará as medidas necessárias para remediar suas consequências, informando prontamente ao BANDES acerca de todas as ações tomadas.

8. EXCLUSÃO E DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 8.1. A CONTRATADA realizará o Tratamento de Dados durante a vigência do Contrato. Ao término do Contrato, ou no prazo estipulado no próprio Contrato, prevalecendo aquele que for maior, a CONTRATADA compromete-se a excluir e/ou devolver todos os Dados tratados, incluindo, quando aplicável, os Dados compartilhados com terceiros, sem reter qualquer cópia, seja em formato digital, físico ou em backup, salvo nos casos que a retenção dos Dados for necessária para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos Titulares de Dados, repassados pelo BANDES, por inobservância Leis e Regulamentos de Proteção de Dados, especialmente a LGPD.
- 9.2. Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações estabelecidas neste Termo, ficará sujeito a multa diária de natureza não compensatória correspondente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, desde a data do inadimplemento até o efetivo cumprimento da obrigação.
- 9.3. Este Termo poderá ser alterado pela vontade das Partes ou caso sobrevenha nova lei, regulação ou direcionamentos por parte da ANPD ou qualquer Autoridade Fiscalizadora que demandem a alteração de suas disposições. As novas disposições deverão ser acordadas pelas Partes de boa-fé e sempre por escrito como termo aditivo a este Termo.
- 9.4. Em caso de conflito entre as disposições deste Termo e do Contrato ou qualquer outro documento firmado entre as Partes, especificamente em relação às atividades de Tratamento de Dados Pessoais, prevalecerão as disposições deste Termo, exceto nos casos em que documento superveniente seja firmado entre as Partes, declarando expressamente a subsidiariedade deste Termo.
- 9.5. Este Termo continua vigente mesmo após o término do Contrato e continuará obrigando as Partes com relação às atividades de Tratamento de Dados originadas pelo Contrato que continuem ocorrendo, ainda que apenas para fins de cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- 9.6. Todas as comunicações que versem sobre proteção e privacidade de dados deverão ser realizadas por escrito, minimamente por e-mail, encaminhadas para lgpd@bandes.com.br.

Este Termo é celebrado e torna-se parte integrante e obrigatória do Contrato, com efeitos a partir desta data, aplicando-se, porém a todas as atividades de tratamento de Dados realizadas desde a data da celebração do Contrato.